

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO AM2/AF2	PROVA Z	ATENÇÃO: VERIFIQUE SE O CÓDIGO E A PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.
MANHÃ		



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

CARGO: SÓCIO EDUCADOR

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“O entusiasmo é a maior força da alma.
Conserua-o e nunca te faltará poder para conseguir o que desejas.”*

Napoleon Hill

A T E N Ç Ã O :

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções A, B, C, D e E.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

Realização:



BOA PROVA!

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Crime e Castigo

Tomo emprestado o título do romance do russo Dostoiévski, para comentar a multiplicação dos crimes nesta cultura torta, desde os pequenos “crimes” cotidianos – falta de respeito entre pais e filhos, maus-tratos a empregados, comportamento impensável de políticos e líderes, descuido com nossa saúde, segurança, educação – até os verdadeiros crimes: roubos, assaltos, assassinatos, tão incrivelmente banalizados nesta sociedade enferma. A crise de autoridade começa em casa, quando temos medo de dar ordens e limites ou mesmo castigo aos filhos, iludidos por uma série de psicologismos falsos que pululam como receitas de revista ou programa matinal de televisão e que também invadiram parte das escolas. Crianças e adolescentes saudáveis são tratados a mamadeira e cachorro-quente por pais desorientados e receosos de exercer qualquer comando. Jovens infratores são tratados como imbecis, embora espertos, e como inocentes, mesmo que perversos estupradores, frios assassinos, traficantes e ladrões comuns. São encaminhados para os centros de ressocialização, onde nada aprendem de bom, mas muito de ruim, e logo voltam às ruas para continuar seus crimes.

Estamos levando na brincadeira a questão do erro e do castigo, ou do crime e da punição. A banalização da má-educação em casa e na escola, e do crime fora delas, é espantosa e tem consequências dramáticas que hoje não conseguimos mais avaliar. Sem limites em casa e sem punição de crimes fora dela, nada vai melhorar. Antes de mais nada, é dever mudar as leis – e não é possível que não se possa mudar uma lei, duas leis, muitas leis. Hoje, logo, agora! O ensino nas últimas décadas foi piorando, em parte pelo desinteresse dos governos e pelo péssimo incentivo aos professores, que ganham menos do que uma empregada doméstica, em parte como resultado de “diretrizes de ensino” que tornaram tudo confuso, experimental, com alunos servindo de cobaias, professores lotados de teorias (que também não funcionam). Além disso, aqui e ali grupos de ditos mestres passaram a se interessar mais por politicagem e ideologia do que pelo bem dos alunos e da própria classe. Não admira que em alguns lugares o respeito tenha sumido, os alunos considerem com desdém ou indignação a figura do antigo mestre e ainda por cima vivam, em

muitas famílias, a dor da falta de pais: em lugar deles, como disse um jovem psicólogo, eles têm em casa um gato e uma gatinha. Dispensam-se comentários.

Autoridade, onde existe, é considerada atrasada, antiquada e chata. Se nas famílias e escolas isso é um problema, na sociedade, com nossas leis falhas, sem rigor nem coerência, isso se torna uma tragédia. Não me falem em policiais corruptos, pois a maioria deles é honrada, ganha vergonhosamente pouco, arrisca e perde a vida, e pouco ligamos para isso. Eu penso em leis ruins e em prisões lotadas de gente em condições animais. Nesta nossa cultura do absurdo, crimes pequenos levam seus autores a passar anos num desses lixões de gente chamados cadeias (muitas vezes sem sequer ter havido ainda julgamento e condenação), enquanto bandidos perigosos entram por uma porta da cadeia e saem pela outra, para voltar a cometer crimes, ou gozam na cadeia de um conforto que nem avaliamos.

Precisamos de punições justas, autoridade vigilante, uma reforma geral das leis para impedir perversidade ou leniência, jovens criminosos julgados como criminosos, não como crianças malcriadas. Ensino, educação e justiça tornaram-se tão ruins, tudo isso agravado pelo delírio das drogas fomentado por traficantes ou por irresponsáveis que as usam como diversão ou alívio momentâneo, que passamos a aceitar tudo como normal: “É assim mesmo”. Muito crime, pouco castigo, castigo excessivo ou brando demais, leis antiquadas ou insuficientes, e chegamos aonde chegamos: os cidadãos reféns dentro de casa ou ratos, assustados nas ruas, a bandidagem no controle; pais com medo dos filhos, professores insultados pela meninada sem educação. Seria de rir, se não fosse de chorar. (*Lya Luft, in Revista Veja, 29 de julho de 2009*)

1. Atualmente, segundo a autora, uma das características dos pais ao educar os filhos é:

- A) petulância.
- B) autoritarismo.
- C) interatividade.
- D) intransigência.
- E) permissividade.

2. De acordo com o texto, de quem é a responsabilidade por termos chegado “aonde chegamos”?

- A) Da sociedade.
- B) Dos pais.
- C) Das autoridades.
- D) Das escolas.
- E) Da justiça.

3. Assinale a opção em que se encontram, respectivamente, o significado das palavras destacadas.

“... iludidos por uma série de psicologismos falsos que **pululam** como receitas de revista...” (parágrafo 1)

“... para impedir perversidade ou **leniência**...” (parágrafo 4)

- A) distorcem – desajuste.
- B) disseminam – criminalidade.
- C) sobejam – brandura.
- D) pregam – lentidão.
- E) aparecem – corrupção.

4. Marque a alternativa que NÃO tem base no texto.

- A) Atualmente, alguns pais estão mais preocupados em aproveitar a própria vida do que com a criação dos filhos.
- B) À autora repugna a ideia de ver os jovens adolescentes criminosos presos como bandidos comuns.
- C) Apesar das críticas ferozes, a autora não se exime de culpa na tese que aborda.
- D) Embora apresente uma situação tão negativa, a autora propõe soluções para o problema que aborda.
- E) Lya Luft tem o cuidado de não generalizar no que diz respeito à ética dos profissionais a que se refere.

5. Assinale a opção que NÃO apresenta a mesma estrutura sintática que “Dispensam-se comentários.” (parágrafo 2)

- A) Percebe-se a confusão.
- B) Perdoam-se os pecados.
- C) Recorre-se a leis incoerentes.
- D) Elegem-se deputados.
- E) Recebe-se doação.

6. Em uma das opções abaixo foi empregado o sentido conotativo da linguagem. Aponte-a.

- A) “Muito crime, pouco castigo, castigo excessivo ou brando demais, leis antiquadas ou insuficientes, e chegamos aonde chegamos...” (parágrafo 4)
- B) “A banalização da má-educação em casa e na escola, e do crime fora delas, é espantosa e tem consequências dramáticas que hoje não conseguimos mais avaliar.” (parágrafo 2)
- C) “Antes de mais nada, é dever mudar as leis – e não é possível que não se possa mudar uma lei, duas leis, muitas leis.” (parágrafo 2)
- D) “São encaminhados para os centros de ressocialização, onde nada aprendem de bom, mas muito de ruim, e logo voltam às ruas para continuar seus crimes.” (parágrafo 1)
- E) “... até os verdadeiros crimes: roubos, assaltos, assassinatos, tão incrivelmente banalizados nesta sociedade enferma.” (parágrafo 1)

7. Passando o verbo destacado na frase abaixo para a voz ativa, encontramos a forma:

“Crianças e adolescentes saudáveis **são tratados** a mamadeira e cachorro-quente por pais desorientados e receosos de exercer qualquer comando.” (parágrafo 1)

- A) tratem.
- B) trataram.
- C) tratavam.
- D) tratam.
- E) tratassem.

8. Assinale a opção em que se apresenta uma palavra formada pelo mesmo processo de “cachorro-quente”.

- A) Humanidade.
- B) Pré-história.
- C) Aguardente.
- D) Passatempo.
- E) Fidalgo.

9. Indique a opção que completa corretamente os espaços do período abaixo.

_____ algum tempo, rolam no Congresso Nacional mais de 200 diferentes projetos de lei destinados, na visão de seus autores, _____ fazer o bem; todos eles estabelecem algum tipo de proibição ou de limitação _____ publicidade de produtos ou serviços.

- A) Há – a – à
- B) À – a – a
- C) A – a – à
- D) A – à – a
- E) Há – a – a

10. A oração introduzida por COMO em “... em lugar deles, como disse um jovem psicólogo, eles têm em casa um gato e uma gatinha.” expressa a mesma ideia que a destacada em:

- A) Ninguém sofreu tanto **como** aquele pai desempregado.
- B) **Como** não sabia o que dizer, optou pelo silêncio.
- C) O rapaz agia exatamente **como** o pai.
- D) **Como** estava doente, precisava de acompanhamento médico.
- E) Os policiais agiram **como** tínhamos previsto.

11. Assinale a opção em que todas as palavras destacadas na frase abaixo foram corretas e respectivamente classificadas.

“Não admira **que** em **alguns** lugares o respeito tenha sumido, os alunos considerem com **desdém** **ou** indignação a figura do antigo mestre e ainda por cima vivam, em **muitas** famílias, a dor da falta **de** pais...” (parágrafo 2)

- A) conjunção – pronome indefinido – substantivo – conjunção – pronome indefinido – preposição.
- B) pronome relativo – pronome demonstrativo – substantivo – conjunção – pronome indefinido – preposição.
- C) pronome relativo – pronome indefinido – adjetivo – preposição – advérbio de intensidade – conjunção.
- D) pronome relativo – pronome indefinido – advérbio – preposição – pronome indefinido – conjunção.
- E) conjunção – pronome demonstrativo – advérbio – conjunção – advérbio de intensidade – preposição.

12. Se, na frase abaixo, substituíssemos a conjunção condicional pela conjunção CASO, a coerência verbal far-se-ia com as seguintes formas:

“Se nas famílias e escolas isso é um problema, na sociedade, com nossas leis falhas, sem rigor nem coerência, isso se torna uma tragédia.” (parágrafo 3)

- A) seja – tornava.
- B) fosse – tornaria.
- C) foi – tornava.
- D) seja – tornaria.
- E) for – tornaria.

13. A conjunção destacada em “Jovens infratores são tratados como imbecis, **embora** espertos...” expressa ideia de:

- A) finalidade.
- B) condição.
- C) concessão.
- D) conformidade.
- E) consequência.

14. Indique a função sintática exercida pelo termo destacado em “A banalização da má-educação em casa e na escola, e do crime fora delas, é **espantosa...**” (parágrafo 2)

- A) objeto direto.
- B) adjunto adnominal.
- C) predicativo do objeto.
- D) predicativo do sujeito.
- E) complemento nominal.

15. Assinale a opção em que houve ERRO quanto à colocação pronominal.

- A) Quem se dispõe a redigir o texto da lei?
- B) Espero que faça-se justiça.
- C) Dir-se-á que nem todos são suspeitos.
- D) Encontra-se disponível no site o texto da lei.
- E) Ninguém se sentirá prejudicado.

- Atualidades Regionais

16. “Integrar para não entregar” foi um lema muito citado nos anos 70 do século passado e procurava incentivar os brasileiros a se deslocarem para a Amazônia. Neste processo, o acesso à Rondônia foi facilitado pela abertura da rodovia BR-364, mas trouxe uma consequência de caráter ambiental que está assinalada de forma correta em:

- A) contaminação de mananciais pelo mercúrio usado no garimpo.
- B) esgotamento do solo por conta da monocultura do café.
- C) poluição do ar provocada pela queimada feita nos canaviais.
- D) intensificação do processo de desmatamento da floresta.
- E) aumento de problemas ligados à falta de saneamento básico.

17. Na segunda semana de novembro de 2010, foi realizado um encontro das principais autoridades mundiais na capital da Coreia do Sul, Seul, para discutir problemas relacionados à economia do planeta, principalmente as medidas cambiais tomadas pelos Estados Unidos e China que afetam a todas as nações do planeta. O grupo de países participantes do encontro é conhecido como:

- A) desenvolvidos.
- B) não alinhados.
- C) G-8.
- D) emergentes.
- E) G-20.

18. A variedade de biomas reflete a riqueza da flora e fauna brasileiras, tornando-as as mais diversas do mundo, com mais de 20% do número total de espécies do planeta. O bioma amazônico ainda possui 85% de sua área original. (*Educação Ambiental, “As Ameaças ao Planeta Azul”, Sarriego, Ed. Scipione, 2002*).

Uma das principais características do bioma amazônico está no fato de apresentar:

- A) extensa área de terras baixas, as coxilhas.
- B) a maior planície inundável do mundo.
- C) uma floresta tropical úmida e heterogênea.
- D) paisagem composta de savanas e bosques.
- E) domínio marcado por florestas semiáridas.

19. Do total de casos registrados de malária no Brasil, 99% deles ocorrem na Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Recentemente, para surpresa das autoridades do setor de saúde, têm-se verificado casos de malária em áreas urbanas no Norte do país e a justificativa para tal fato pode ser atribuída à(ao):

- A) dificuldade de diagnosticar precocemente o problema.
- B) ocupação desordenada das periferias das capitais.
- C) vacinação precária contra o transmissor da doença.
- D) fluxo de entrada de portadores da doença vindos de outras regiões do país.
- E) caráter epidêmico que a doença costuma apresentar.

20. Rondônia conheceu até o momento duas oportunidades que permitiram o seu desenvolvimento, mas que deixou consequências associadas à pobreza dos que se aventuraram nas empreitadas, desastres ambientais e desorganização urbana. As duas oportunidades ocorridas ao longo do século XX e que provocaram essas consequências foram:

- A) extração da borracha e garimpo do ouro.
- B) extração da madeira e agropecuária.
- C) cafeicultura e exploração do estanho.
- D) extração de diamantes e construção civil.
- E) rizicultura e extração da castanha-do-pará.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Noções de Administração Pública

21. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. A ressalva Constitucional, refere-se às nomeações:

- A) para os cargos técnicos.
- B) para os cargos de professor.
- C) para os cargos em comissão.
- D) para os cargos de nível médio.
- E) para os cargos de nível superior.

22. As funções de confiança são exercidas exclusivamente:

- A) por profissionais que comprovem tempo de serviço na função indicada.
- B) por qualquer cidadão, desde que comprove conduta moral e ética.
- C) por aprovados em processo seletivo simplificado.
- D) por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- E) aos indicados pelos membros da Assembleia Legislativa.

23. Quanto ao exercício de mandato eletivo do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, a Constituição Federal dispõe:

- A) tratando-se de mandato eletivo que exija o afastamento para o exercício do mandato, será contado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- B) tratando-se de mandato de Prefeito, não havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, integralmente.
- C) tratando-se de mandato de deputado estadual, acumulará as remunerações de seu cargo, emprego ou função, na proporção dos horários trabalhados.
- D) tratando-se de benefícios previdenciários, no caso de afastamento, os valores serão determinados na proporção do exercício efetivo do cargo, emprego ou função.
- E) tratando-se de mandato de deputado federal, poderá optar pela remuneração que pretende receber.

24. Aos servidores eleitos para dirigentes sindicais, será aplicada a seguinte norma:

- A) serão licenciados do cargo público, até o fim do mandato da diretoria sindical, sendo a licença sem vencimentos.
- B) ficam à disposição do seu sindicato, sem ônus para o órgão de origem.
- C) a garantia expressa no § 1º do Art. 41 da Constituição Federal não é extensiva ao servidor público estadual não estável que esteja no exercício de diretoria sindical.
- D) serão afastados do serviço público, até o final do mandato da diretoria sindical, suspendendo a remuneração referente ao cargo ocupado na administração.
- E) ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem.

25. É assegurada ao servidor público que seja o responsável legal e cuide diretamente de portador de necessidade especial que, comprovadamente, necessite de assistência permanente:

- A) a redução de 30% (trinta por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração.
- B) a redução de 30% (trinta por cento) de sua carga horária de trabalho, sendo a remuneração calculada na proporção das horas trabalhadas.
- C) a redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, sendo a remuneração calculada na proporção das horas trabalhadas.
- D) a redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração.
- E) a redução de 20% (vinte por cento) de sua carga horária de trabalho, sendo a remuneração calculada na proporção das horas trabalhadas.

26. Quanto ao sistema de ensino estadual, é correto afirmar que:

- A) o Currículo das escolas estaduais excluirá disciplinas ou práticas educativas referentes a direitos humanos, por considerá-las de competência familiar.
- B) são garantias previstas na Constituição Estadual acesso ao aprendizado, ao ensino e à pesquisa.
- C) a elaboração dos currículos é de competência exclusiva do Conselho Estadual de Educação.
- D) a divulgação do pensamento, da arte, da ciência, da cultura, do esporte e do saber, será fiscalizada pelo Estado, através de órgão especial.
- E) o Currículo Escolar das Escolas Públicas estaduais não prestigiará, disciplina ou prática educativa sobre a natureza e efeitos das substâncias psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.

27. É forma originária de provimento de cargo público, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do estado de Rondônia:

- A) nomeação.
- B) reintegração.
- C) lotação.
- D) promoção.
- E) investidura.

28. São formas de movimentação de pessoal:

- A) recondução e remoção.
- B) demissão e readaptação.
- C) substituição e lotação.
- D) exoneração e aproveitamento.
- E) relotação e cedência.

29. A Lei Complementar Estadual nº 68 de 09/12/1992 dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, estabelecendo que além do vencimento e das vantagens previstas em lei, serão deferidos aos servidores, adicionais. Com relação ao adicional por tempo de serviço, é correto afirmar que:

- A) o servidor fará jus ao adicional a partir de 03 (três) meses após completar o anuênio.
- B) quando da passagem do funcionário à inatividade, não haverá incorporação do adicional por tempo de serviço, sendo vedado o pagamento.
- C) é devido ao servidor que, no desempenho de suas atribuições, pagar ou receber em moeda corrente, a importância de 20% (vinte por cento) do valor do respectivo vencimento básico.
- D) é devido ao servidor à razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público, incidindo sobre o vencimento básico do cargo efetivo.
- E) é um adicional calculado nos percentuais de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) para cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício do cargo.

30. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. A responsabilidade civil decorrerá:

- A) de ato omissivo, nos casos onde o servidor deixa de agir conforme previsão legal.
- B) de procedimento doloso ou culposo que importe em prejuízo do patrimônio do Estado ou de terceiros.
- C) de crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade, após sentença judicial, garantida a ampla defesa.
- D) de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de cargo ou função, verificados através de processo administrativo.
- E) exclusivamente nos procedimentos dolosos, desde que sejam assim considerados, pela intenção de causar prejuízo a terceiros.

- Área de Formação

31. A diferença fundamental entre direito e moral advém do fato de que:

- A) a moral emana exclusivamente da sociedade, já o direito decorre exclusivamente da deliberação da magistratura, sobretudo, a dos tribunais superiores, mediante a súmula vinculante.
- B) a moral tem um impacto menos acentuado que o direito, impondo sanções de caráter jurídico e coercitivo a seus infratores.
- C) o direito tem um impacto mais intenso que a moral, implicando em reprovação não coativa sobre seus transgressores.
- D) a moral tem como foco privilegiado de incidência a consciência individual do infrator em face da manifestação declarada de reprovação de sua conduta ética, prevendo legalmente pena restritiva de liberdade.
- E) diferente da moral, o direito implica sanções fortes, marcadas por intenso conteúdo coercitivo expresso em regras de caráter coletivo com aplicação jurídica e/ou administrativa.

32. Uma série de encontros promovidos pelo governo dos Estados Unidos em 1993, na capital norte-americana, apontou críticas às funções sociais do Estado nos países da América Latina. Com relação à educação, o diagnóstico principal foi o da:

- A) capacidade de o Estado atender satisfatoriamente a oferta e a qualidade no setor público.
- B) necessidade de ampliação da rede pública de ensino nos países da América Latina.
- C) elevação da qualidade, com a redução da oferta do ensino.
- D) incapacidade do Estado em combinar de modo eficiente e produtivo a oferta generalizada do ensino público com a garantia de qualidade do mesmo.
- E) capacidade do Estado em garantir qualidade apenas nos níveis médio e universitário.

33. O Estado como instituição política composta por servidores ou funcionários públicos especializados, que formam uma burocracia, e de forças armadas regulares é peculiaridade das sociedades:

- A) utópicas.
- B) asiáticas.
- C) medievais.
- D) eclesiásticas.
- E) modernas.

34. Os direitos humanos contemplam um conjunto de direitos que têm como núcleo:

- A) a educação superior técnica, o Estado de sítio e a imunidade parlamentar.
- B) a separação entre os poderes, o golpe de Estado e a soberania.
- C) a saúde, o esporte e o sistema de transporte.
- D) a liberdade, a igualdade, a proteção e a promoção da dignidade da pessoa humana.
- E) a inconstitucionalidade, o republicanismo e o Estado de sítio.

35. Ao longo da maior parte da história humana a mulher foi considerada incapaz de responsabilidades de natureza outras que não as domésticas. O motivo desse preconceito baseia-se:

- A) na diferença biológica e anatômica, intrínseca e constitutiva.
- B) no caráter passional da mulher.
- C) na constatada capacidade de lidar com o lar.
- D) em uma natural inclinação feminina para culinária.
- E) na superioridade incontestável dos homens na guerra.

36. As sociedades ocidentais modernas se distinguem das sociedades feudais pelo fato de suas relações sociais serem caracterizadas pelo modo de produção:

- A) socialista.
- B) medieval.
- C) asiático.
- D) anarquista.
- E) capitalista.

37. A característica principal dos Estados democráticos de direito é:

- A) o sufrágio universal.
- B) a anarquia.
- C) o voto censitário.
- D) a tirania.
- E) a ditadura.

38. É INCORRETO dizer que faz parte do rol de direitos e liberdades fundamentais de um Estado democrático de direito:

- A) a livre participação em entidades religiosas.
- B) a liberdade de associação profissional.
- C) o sufrágio universal.
- D) a garantia contra prisão sem prova substancial ou flagrante.
- E) a formação de milícias.

39. Com relação à dimensão cultural das sociedades contemporâneas é correto afirmar que o ressurgimento da questão da identidade ocorre no contexto da:

- A) Primeira Guerra Mundial.
- B) Idade Média.
- C) globalização.
- D) Antiguidade Tardia.
- E) Segunda Guerra Mundial.

40. Uma caracterização genérica que dá conta dos aspectos centrais da cidadania nos Estados democráticos modernos NÃO tem como característica central:

- A) a capacidade plena de os maiores de 18 anos empreenderem ação civil, penal e administrativa contra outros indivíduos ou órgãos públicos quando se sentirem lesados.
- B) o reconhecimento dos indivíduos são e maiores de 18 anos como sujeitos de direitos.
- C) a responsabilização direta dos eleitores no processo de escolha de seus representantes políticos.
- D) a alienação juridicamente consentida dos direitos políticos da parte de menores aos seus tutores ou curadores.
- E) o pleno direito de advogar qualquer credo ou religião.

41. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- A) oferta de ensino noturno regular, adequado àquelas crianças e adolescentes que não podem frequentar o período diurno.
- B) atendimento educacional ao portador de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- C) ensino fundamental e médio gratuito, exceto para os adolescentes que se encontram na condição de aprendiz.
- D) atendimento em creche e pré-escola às crianças de um a seis anos de idade, nas cidades com mais de 20 mil habitantes.
- E) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e superior, aos maiores de 16 anos.

42. O Estatuto da Criança e do Adolescente, determina que:

- A) a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- B) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, em hipótese alguma.
- C) o poder familiar será exercido, preferencialmente, pela mãe. No caso de ausência dessa, o pai passa a ter os mesmos direitos.
- D) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional terá preferência em relação a qualquer outra providência.
- E) a criança ou adolescente inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada a cada trimestre.

43. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional, de acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, deverão adotar o seguinte princípio:

- A) participação de pessoas da comunidade no processo educativo, desde que essas tenham formação na área da educação.
- B) atendimento personalizado e em grandes grupos, divididos de acordo com a faixa etária de seus integrantes.
- C) desmembramento entre grupos de irmãos, quando a diferença de idade entre eles for superior a quatro anos.
- D) evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- E) integração em família substituta como principal recurso, no caso de crianças ou adolescentes que não tenham irmãos.

45. Ainda de acordo com a Lei nº 8.069, as entidades que desenvolvem programas de internação, têm obrigação de:

- A) fornecer aos adolescentes comprovantes de depósito de seus pertences, sempre que haja objetos de valor entre estes.
- B) comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre possível o reatamento dos vínculos familiares.
- C) propiciar escolarização e profissionalização, assim como atividades culturais, esportivas e de lazer.
- D) oferecer assistência religiosa apenas àqueles que declararem suas crenças no início do período de internação.
- E) não informar ao adolescente internado sobre sua situação processual, em hipótese alguma.

44. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, institui que:

- A) a proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – conforme especifica a Constituição.
- B) é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz e em condições ideais.
- C) ao adolescente aprendiz, até 16 anos, é assegurado o recebimento de bolsa-família, até o limite estabelecido por Lei.
- D) ao adolescente na condição de aprendiz, maior de 14 anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- E) ao adolescente portador de deficiência, qualquer que seja sua idade, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

46. O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentador das Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que tratam dos direitos das pessoas com deficiência, institui que devem dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida os órgãos:

- A) da administração pública direta, indireta e de capital público, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições jurídicas.
- B) da administração pública direta, indireta e organizacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras.
- C) da administração privada direta, indireta e funcional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições filantrópicas.
- D) da administração pública direta, indireta e mista, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições jurídicas.
- E) da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras.

47. Sobre o Benefício da Prestação Continuada, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, é correto afirmar que:

- A) o idoso ou portador de deficiência que se encontre em situação de internado terá o benefício suspenso enquanto durar a internação.
- B) é garantido o recebimento da metade de 01 (um) salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais.
- C) o benefício pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social.
- D) a concessão do benefício não é condicionada a exame médico pericial ou laudo realizados pelos serviços de perícia médica.
- E) para efeito de concessão do benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

48. A Lei nº 8.742 dispõe sobre a organização da Assistência Social e estabelece que “O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentará-se em mecanismos de articulação e de participação”:

- A) das áreas governamentais correlatas e em sistema de coparticipação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.
- B) de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.
- C) de áreas governamentais interligadas e em sistema de coparticipação entre organismos governamentais e da sociedade civil, sem fins lucrativos.
- D) de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais e da sociedade civil, sem fins lucrativos.
- E) das áreas governamentais ligadas à assistência social e em sistema de cooperação entre organismos governamentais e da sociedade civil.

49. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1973, prevê que na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

- A) às crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial e aos idosos que vivem em situação de rua.
- B) aos idosos que vivem em situação de rua e às crianças e adolescentes portadoras de deficiência.
- C) às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e às pessoas que vivem em situação de rua.
- D) aos idosos em situação de risco pessoal e social e às pessoas portadoras de deficiência.
- E) às crianças e adolescentes que vivem em situação de rua e às pessoas portadoras de deficiência.

50. A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, institui que:

- A) todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.
- B) é priorizado o atendimento asilar para o idoso, em detrimento de sua própria família, principalmente quando essa não possuir condições de assisti-lo.
- C) é dever do Poder Público fornecer aos idosos, mediante pequena taxa, próteses e outros recursos necessários ao seu tratamento ou reabilitação.
- D) o Poder Público criará programas de estímulo fiscal e previdenciário para admissão de idosos ao trabalho nas empresas públicas de capital privado.
- E) ao idoso que não esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.